



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Acta n.º 09**

### **6.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de Dezembro de 2010**

Aos trinta dias de Dezembro, do ano dois mil e dez, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, João Luís Pina (em substituição de Albano António de Sousa Varela e Silva nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António José Rota (em substituição de Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção) Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Cristina Maria Brazete Nabais (em substituição de Miguel Telo de Arriaga, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Miguel Alexandra Ferreira Monteiro, Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, Catarina Alexandra Dias, José Manuel Cavalheiro (em substituição de António Fernando Ceia Biscainho, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), José Chambel Tomé (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Afonso nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Gonçalo Chambel (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, começando por dar conhecimento aos Membros presentes da correspondência endereçada àquela Assembleia, bem como de vários postais de Boas Festas. Disse, inclusive, que foi apresentado um pedido de suspensão de mandato, como Membro daquela Assembleia, durante 180 dias, por parte de Diogo Júlio; foi também entregue um pedido de renúncia, pelo Membro António Luís Pinheiro Ribeiro, por motivos pessoais e, uma vez que já era o segundo, passaria a ser substituído



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

definitivamente. Chamou a atenção para a deliberação remetida pelo Município do Crato, relativa à oposição da introdução de portagens na A23 e no IP6 e da Moção vinda da Assembleia Intermunicipal, que congrega o Médio Tejo, também naquele sentido. Relevou também um conjunto de preocupações manifestadas e entregues pelo Deputado do PCP, João Oliveira, na Assembleia da República relativo à preocupação com a redução no investimento público e o não cumprimento de compromisso para com as Autarquias, principalmente do interior e à incidência do PIDDAC no Distrito. Solicitou ainda ao Membro António Oliveira que ocupasse o lugar na Mesa, uma vez que a primeira-secretária não pode estar presente naquela reunião. Seguidamente foi efectuada a chamada.-----

### **PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:**

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro começou por desejar Boas festas e um Bom Ano Novo a todos os Membros e há população do Concelho. Referiu que a época que se atravessava era, quer a nível pessoal, quer organizacional, se fazia, normalmente, um balanço daquilo que eram as expectativas e ambições de cada um, para um ano que estava a terminar. Ao mesmo tempo, equacionava-se o que o futuro reservava, assim como quais eram os objectivos para 2011. Portanto, se a nível pessoal assim era, infelizmente tal não acontecia com o Município de Portalegre, visto que estavam no dia 30 de Dezembro e a Câmara Municipal de Portalegre não tinha nem um Plano de Actividades, nem o Orçamento aprovado para 2011. Perante tal, afirmou que não houve vontade do Presidente da Câmara e da parte do PSD para que tal tivesse acontecido. Na sua opinião, não havia lugar a desculpas, como a que foi indicada pela Vice-Presidente daquela Autarquia, de que não tinham o Orçamento devidamente construído. No entanto, não deixava de ser curioso o facto da mesma ter admitido que o documento apresentado não estava, minimamente rigoroso, nem com dados concretos para que pudesse ser avaliado pelos Vereadores da oposição. As desculpas apresentadas com base no timing de aprovação e discussão do Orçamento de Estado não tinham fundamento, porque, se assim fosse, cair-se-ia no ridículo de terem 308 Concelhos no País sem Orçamento e sem Plano de Actividades aprovados. A interpretação que fez àquele documento incompleto, o qual não podia ser votado naquelas condições, porque, se o fosse, apenas mereceria o voto desfavorável, foi de que: em primeiro lugar, os Vereadores do PSD e o Presidente da Câmara foram incompetentes na elaboração do mesmo e no trabalho efectuado. Em segundo, preferia acreditar que tal não fosse verdade, a possibilidade de ter havido má fé por parte da Vereação. Disse ainda que, se em Setembro, quando no âmbito do Executivo Camarário se começou a tentar calendarizar a discussão do Orçamento, todos os Vereadores assumiram que, efectivamente, aquele orçamento tinha que ser participado por todos e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

inclusivamente, dando voz àquilo que era o carácter vanguardista da iniciativa, existia uma verba para que o orçamento participativo pudesse ser incluído naquele documento, perguntou o que é que teria acontecido desde Setembro último, visto não terem orçamento, nem participativo e nem sequer os Vereadores da oposição foram considerados para a construção do mesmo. Na verdade, foram-se marcando e desmarcando reuniões e, à última da hora, apresentaram apenas uns esboços incompletos do que poderia ser um Plano de Actividades ou um Orçamento, mas que não poderiam ser votados daquela forma. Acrescentou que aquela forma de discussão do orçamento foi desenvolvida pela Câmara e estava errada e, pior ainda, o conteúdo das formas apresentadas foi, exactamente, contra aquilo que eram os factores que os Vereadores do PS consideravam essenciais para que o Concelho de Portalegre não levasse a “machadada” final, na sua vivência normal. Portanto, face a propostas e a ideias que tinham sido apresentadas, e em que se defendia claramente que as Freguesias do Concelho não podiam ser prejudicadas com aquele orçamento, assim como as Associações Desportivas, Culturais e as IPSS do Concelho também não, e em que tinham que enveredar por investimentos localizados e reprodutivos, como por exemplo na área da reabilitação urbana para beneficiar a economia local e, porventura menos encargos para a Câmara, mas que, face a tudo aquilo, o Executivo fez exactamente o contrário. Considerou tal acto um ataque cerrado à vida das Freguesias e das Associações que movimentam milhares de pessoas e uma inexistente estratégia de desenvolvimento. Referiu também o facto infeliz que foi a comparação, por parte da Vice-Presidente, daquilo que seria o investimento em lâmpadas para iluminação das ruas no Natal e aquilo que deveria ser a política social de um Concelho. Na sua opinião, não se pode comparar um instrumento importante como era o desenvolvimento e as políticas sustentadas de apoio social do Município com a iluminação natalícia. Em conclusão, disse que tudo aquilo que tiveram durante o último mês foi mau demais para ser verdade e alguém teria de justificar porque é que todo o processo foi desenvolvido daquela forma, porque é que não foram ouvidos quem de direito e porque é que a população de Portalegre foi desrespeitada, tendo em conta o sinal que lhes foi dado na votação das eleições autárquicas de Outubro do ano passado porque, efectivamente, os quatro Vereadores da oposição não foram respeitados. -----

Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo desejou que o próximo ano pudesse exceder as expectativas de todos. Relativamente ao que tinha acabado de ouvir, pareceu-lhe que era um exercício estudado e elaborado na sequência do Orçamento de Estado e de o Governo o ter apresentado tarde e inoportunamente, pois só assim percebia o propósito da anterior intervenção. Apontou o facto do Membro Miguel Monteiro se referir aos Portalegrenses mas esqueceu-se dos portugueses. Não só os Portalegrenses mas sim todos os Portugueses estavam a ser vítimas do Governo, bastando para tal verificar o que foi o corte aos Municípios, logo no início do ano e ainda fora do Orçamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de Estado. Se pensassem bem, os principais eixos dos problemas actuais do País eram: o financeiro e o do emprego. Perante aquilo, questionou o PS em que parte é que as Autarquias do País tinham responsabilidades, quanto aos dois eixos referidos? Mais disse que bastava relembrar os empregos prometidos e verificar a taxa actual de desemprego. Disse perceber a incomodidade do PS, porque, em contrapartida, o PSD tem estado com outra postura, tanto no Concelho de Portalegre, como no Governo e no País. Acrescentou que fazia parte da matriz do PSD discutir para apresentar soluções e ir de encontro aos interesses do País, tanto assim, que actualmente ainda estavam naquela situação, caso contrário e ao fim de cerca de 15 anos de Governo PS já tudo tinha descambado. Concluiu dizendo que o que era importante era o PS adoptar uma postura de responsabilidade, o que não viu fazer, mesmo ao nível daquele Executivo Municipal, em que os contributos que deram foram poucos ou nenhuns e a pseudo-responsabilidade que pretendiam atirar para cima do PSD revertia era para eles próprios. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa referiu que não poderia deixar de tecer algumas considerações quanto à intervenção anterior. Tais considerações levaram-no a pensar que alguns Membros pareciam viver em mundos diferentes. Em primeiro lugar, o Membro Cristóvão Crespo não rebateu nem sequer um dos pontos das afirmações que o Membro do PS, Miguel Monteiro, ali apontou à Câmara Municipal de Portalegre. Perante a afirmação de quem disse que: "...os Vereadores da oposição tiveram todo o tempo para contribuir e ajudar os Vereadores no pelouro e não o fizeram...", não era pois verdade, porque a proposta de fazer um Orçamento participativo foi dos Vereadores da oposição, mas, contudo, não foi tida em conta. As propostas feitas induziam a Câmara a não desinvestir no movimento associativo, por ser aquele que traz vida à Cidade; nas Juntas de Freguesia porque era o que levava poder político mais próximo das populações; o que se revertia de uma função mais próxima de investimento, como era o exemplo da reabilitação urbana, etc., tais propostas foram feitas em devido tempo e em diversas ocasiões pela oposição. Mencionou, inclusive, o exemplo dos Vereadores do poder terem eliminado do seu espírito a obediência escrupulosa que qualquer Membro deveria ter à Lei. Lei aquela que, de acordo com o "Estatuto da Oposição", diz, no art.º 5.º, n.º 3 que: "Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções, têm o direito de ser ouvidos sobre as proposta dos respectivos Orçamentos e Planos de Actividade.". Pelo que perguntou se algum dos partidos da oposição foi ouvido, relativamente á matéria respeitante ao Orçamento? Portanto, aquele impulso processual de ouvir os partidos da oposição tinha de ser manifestado por aqueles que desempenham o poder. Afirmou que, naquelas circunstâncias, ainda se deveria obrigar mais ao cumprimento escrupuloso da Lei, do que noutras alturas, porque todos sabiam que governar uma Câmara com maioria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

absoluta, não era o mesmo do que governar sem maioria. Referiu também que, com os anos seguidos de maioria esmagadora, o PSD foi passando por cima dos direitos da oposição e, até mesmo, das vozes e dos alertas dentro do próprio partido. Acreditava pois, que os Presidentes de Junta, independentemente da sua cor política, não poderiam ficar satisfeitos quando as verbas da dita proposta, meramente “académica”, chamado de orçamento e que foi à colação, eram tratadas de forma insignificante. Os do PS não ficariam de certeza absoluta e os do PSD, presumia, que também não ficariam nada satisfeitos. Portanto, ao passarem por cima de todas as opiniões divergentes, o que era preciso era que mantivessem a mesma linha e o mesmo rumo que conduziu à desgraça vivida actualmente. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que o contexto em que as anteriores afirmações foram proferidas não era o mesmo com que o seu Executivo se balizava e, portanto, não seria fácil de responder àquele tipo de argumentação que ali apresentaram. No entanto, ele, os dois Vereadores, bem como os outros responsáveis trabalharam afincadamente no exercício ali mostrado, o qual não foi fácil e que esteve pronto quando foi possível e que não foi minimamente descurado. Contudo, as circunstâncias difíceis que rodearam o orçamento, obrigaram a que o tempo resvalasse e que não se apresentasse em condições. Porém, nunca rejeitaram nem opiniões, nem pareceres ou quaisquer contribuições, em nenhuma circunstância tal aconteceu. No seu ponto de vista, o problema era que nem sempre era possível de obter aquelas mesmas participações. Portanto, respeitando as opiniões de todos, informou que o orçamento já estava a ser analisado e discutido, mais por umas pessoas do que por outras e, na realidade, considerava que era fácil desbobinar, ali, uma série de retóricas mas, efectivamente, não era fácil, nem foi possível fazer mais, por razões diversas. Tinha consciência de que o orçamento não estava decidido, nem foi votado mas, rapidamente estaria para votação, com as participações que todos quisessem dar, em tempo útil. Informou que surgiram inovações e nuances inesperadas quanto às urbanizações e, embora tivessem trabalho feito de longa data, para tais “modernices” não existiu o apoio e o eco necessário naquela área; como por exemplo, em nome das pessoas que esperavam pelas habitações sociais e em nome de uma série de políticas que lhes permitiriam ter uma capacidade de resposta no terreno mais eficaz. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Monteiro disse que tinham de fazer um ponto de ordem à Mesa perante as palavras do Membro Cristóvão Crespo e relembrou que estavam ali na Assembleia Municipal de Portalegre e não na Assembleia da República. Pareceu-lhe estar num outro fórum, que não aquele, quando ouviu a intervenção do referido Membro e disse que entendia aquele tipo de “fuga” para Lisboa, porque, para o PSD era mais fácil “fugir” para a Capital do País do que encarar as responsabilidades históricas com que vão ficar por terem apoiado, de olhos fechados, as políticas que saíram do Executivo da Câmara Municipal de Portalegre, que colocou o Distrito de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre no estado calamitoso em que actualmente se encontrava. Portanto, aquilo que o PSD iria fazer era, certamente, desculpar-se com o Orçamento de Estado, com Lisboa, etc., mas assumirem as responsabilidades que ao longo de anos consecutivos tinham, devido ao facto de sempre terem apoiado, sem reservas, a política que deixou a todos no actual estado, não tinha expectativas que tal acontecesse e que alguém do actual mandato admitisse os erros praticados. Quanto à intervenção do Presidente da Câmara, referiu que o mesmo começou por fazê-la com uma frase que dizia tudo e que foi: “nós os três...”; ora nunca deveria ter dito os três mas sim “nós os sete”, porque não possuía a maioria no Executivo e, actualmente, aquela Autarquia deveria, com alguma humildade, ter despoletado os procedimentos para ouvir de forma correcta aquilo que os Vereadores da oposição tinham a dizer e disse, inclusive, que o Presidente sabia, perfeitamente, que várias reuniões houve para discutir o orçamento e que foram desmarcadas, entre Setembro e Dezembro últimos. Portanto, não tinha sido a oposição que não esteve interessada em querer aprovar um orçamento para Portalegre. Mais disse que não estavam ali, pura e simplesmente, para sufragar as opiniões uns dos outros, mas sim com uma responsabilidade acrescida para saber responder perante Portalegre e a sua população, relativamente aos actos praticados. Naquela altura do ano deveriam ter já um plano e uma estratégia para a Cidade. Aquilo que acabou de referir não era retórica, porque se perguntassem aos Presidentes de Junta se era retórica o facto de terem recebido apenas 8.000€ dos 20.000€ que lhes estavam atribuídos e se também era retórica os cortes nas Associações Desportivas e Culturais, que mexem com as condições de vida das populações? Relativamente ao que foi dito sobre a reabilitação urbana, parecia-lhe que quem não fez a parte que lhe competia foi o Município de Portalegre, porque, como se sabia, existiam candidaturas aprovadas, com dinheiros aplicados para fazer as reabilitações devidas e, se as mesmas, porventura, não estavam num estado mais avançado de concretização era por um motivo muito simples: a Câmara Municipal de Portalegre não tinha o dinheiro para as fazer. Portanto, não deviam enganar ninguém com justificações referentes à Administração Central, ao Governo ou ao PS, porque bastava verificar os documentos financeiros da Câmara para perceber. Concluiu, referindo que um dos elementos importantes, que constava da estratégia de relançamento da economia a nível nacional, para o próximo ano, tinha exactamente a ver com as questões da reabilitação urbana e, portanto, deveria ser uma prioridade para o Executivo daquela Câmara, para que se empenhassem a fundo, no sentido de trazer rendimentos para as economias locais, para as pequenas empresas locais e para a população de Portalegre, em última análise.-----

Solicitando o uso da palavra, João Pina disse ser a primeira vez que ali estava presente, como Membro daquela Assembleia, e pediu para colocar uma questão e também uma afirmação. A questão era o porquê de a Câmara não ir para duodécimos? Relembrou o facto de existirem mais duas Câmaras no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Distrito que foram para duodécimos. Ficou surpreendido por ter ouvido que a Câmara Municipal de Portalegre era a única do País em que a força política que está a governar a Câmara também queria ir para duodécimos. Perante tal, deduzia-se que ir para duodécimos era consensual naquela Câmara. Referiu que existiam Autarquias em que a oposição chumbavam o orçamento e os Vereadores no poder ficavam zangados mas, ali, tal reacção não se verificava. Portanto, levava a crer que os Vereadores da oposição é que tinham razão em quererem que se retirasse o dito orçamento. Relembrou, inclusive, que quando uma pessoa está no poder exerce-o mas, quem estava na oposição também tinha de exercer os seus direitos. Informou que a Lei 24/98, do Estatuto do Direito à Oposição, no art.º 10.º dizia o seguinte: “ O Governo ou os Órgãos Executivos das Regiões e das Autarquias Locais elaboram, em Março de cada ano, correspondente ao ano subsequente, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes na presente Lei.” Portanto, até Março de cada ano, o Executivo tinha de fazer um relatório dos direitos e garantias que estava mencionado na dita Lei. Questionou o Presidente da Câmara e os seus Vereadores se alguém tinha feito, em Março último, o referido Relatório, pois não o tinha encontrado no site do Município? Disse que, se por acaso não existiu relatório, deveriam elaborá-lo no próximo mês de Março, sugerindo que a primeira linha fosse: “ Violámos a Lei, ao não consultar a oposição, quando fizemos o orçamento para este ano.” -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse, em resposta ao Membro Miguel Monteiro, que na questão da responsabilidade, estava sempre pronto para assumir as responsabilidades dos seus actos e que o facto de ir para Lisboa não o impedia de centrar a atenção no Distrito e defender os interesses do mesmo. No entanto, existiam outros indivíduos que encetavam fugas do País que eram bem mais complicadas. Afirmou que, no desenvolvimento de várias situações, o PSD cumpria aquilo que afirmava e o que não era possível prometer, simplesmente, não prometia. Recordou que, há cerca de um ano e meio, a sugestão do PS era somente de avançar e, devido a tal, avançou-se para um precipício e o resultado foi a situação actual em que o País se encontra. -----

Em resposta, Luís Testa disse que o discurso feito pelo Membro Anterior não deveria ser direccionado ao PS, mas sim ao Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, que era a pessoa que tinha aquela obsessão de avançar nos projectos errados, que até já parecia patológica. Referiu, inclusive, que a posição que a oposição exercia, aquela sim, é que era responsável e questionou se, alguma das vezes, os Membros do Partido Socialista, naquela Assembleia Municipal, se tinham negado a ajudar a construir soluções? No seu ponto de vista, a posição dos Vereadores do PS sempre foi profícua, relevante, empenhada e construtiva, em todas as reuniões de Câmara. Disse também que o Presidente da Câmara, lá do alto do seu pedestal, sempre teimou em não dar ouvidos à população e, por tal facto, chegou-se àquela situação em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que a maioria da população de Portalegre votou na oposição e, portanto o cenário alterou-se, era tudo uma questão de aritmética e, no entanto, o Presidente da Câmara continuava no seu “Cavalo de Batalha” a caminhar sem saber para onde e quem pagava caro era Portalegre e as Freguesias rurais, que não recebiam a atenção devida. Acrescentou que poder-se-ia, eventualmente, fazer a constatação retórica que o Membro Cristóvão Crespo queria arquitecturar, mas uma coisa era certa, não iria sair das costas do Presidente da Câmara o peso de ter arrastado o Concelho para a miséria e para a pobreza franciscana que tem vivido nos últimos tempos. A população já não iria julgar o actual Presidente da Câmara Municipal de Portalegre nas urnas, mas iria julgá-lo na memória. -----

Usando da palavra, Mata Cáceres perguntou ao Membro Luís Testa quais eram os projectos feitos em Portalegre que ele considerava errados?-----

O Membro Cristóvão Crespo solicitou que se colocasse um ponto de ordem à Mesa, para que ficasse registado a dura crítica dirigida ao Presidente da Câmara e à Cidade de Portalegre, por parte do membro Luís Testa. -----

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus, disse que já ali estavam há cerca de uma hora a discutir e ainda não se tinha percebido quais eram as propostas que o Partido Socialista pretendia fazer, no sentido de não diminuir o investimento nas áreas consideradas como críticas, estratégicas e relevantes para o desenvolvimento e coesão do Concelho, sem “beliscar” os princípios de rigor e consistência orçamental?-----

O Presidente da Mesa perguntou se os Vereadores da oposição queriam usar da palavra antes de avançar para o ponto seguinte? -----

No uso da palavra, o Vereador José Pinto Leite disse que era com reprovação que verificava o facto de o Presidente da Câmara não ter tido tempo para apresentar os documentos relativos ao orçamento em tempo útil e de o ter feito somente na reunião extraordinária de dia 17 daquele mês, em que a oposição não teve qualquer hipótese de dar o contributo devido sobre o mesmo.-----

Novamente no uso da palavra, João de Jesus pretendeu registar ali uma não-resposta à questão que havia colocado.-----

Novamente no uso da palavra, José Pinto Leite perguntou se a afirmação anterior lhe era dirigida e se alguém pretendia que ele apresentasse as suas propostas sem sequer estar em discussão qualquer orçamento, naquela Assembleia?-----

O Presidente da Câmara informou que a proposta de orçamento foi apresentada quando foi possível e, posteriormente, tentaram marcar várias





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reuniões e, no entanto, a disponibilidade de alguns Vereadores ali presentes foi praticamente nula. Portanto, embora, à priori, mostrem sempre abertura, na prática verificam-se incompatibilidades na agenda de certos Vereadores. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite referiu que, na última reunião ordinária da Câmara, ainda sem existirem documentos, ele pretendeu discutir o assunto e foi o próprio Presidente que abandonou a reunião, sem discussão possível.

No uso da palavra, a Vice-Presidente Adelaide Teixeira informou que já tinham sido marcadas cinco reuniões e na primeira delas só esteve presente o vereador João Realinho e apenas cerca de 30 minutos; na última que realizaram só esteve presente o Vereador Hugo Capote além de outras pessoas consideradas necessárias para discutir aquele orçamento. Em conclusão, a colaboração dos Vereadores da oposição não foi a melhor. -----

O Presidente da Mesa, solicitou calma aos intervenientes naquela discussão, caso contrário, poderia pedir que alguém se retirasse da sala da sessão. -----

Solicitando o uso da palavra, João Realinho presumia que estavam ali perante um regime democrático, mas se o Presidente daquela Assembleia tomasse a posição que referiu, a aceitaria e abandonava a sala, quando o mesmo, em situações idênticas, tomasse o mesmo procedimento. Relativamente ao que foi afirmado, era conveniente que não se misturassem as coisas, pelas seguintes razões: Em primeiro, estavam a falar de uma proposta inicial de orçamento, em relação à qual não foi negado por ninguém, até à data, que desde o início mostrariam total disponibilidade para participar naquele orçamento; Em segundo lugar: já referiram várias vezes que foi proposto ao senhor Presidente da Câmara um orçamento participativo e, embora o mesmo tivesse subscrito a proposta para tal, não foram ouvidos, conforme foi dito; Em terceiro: Infelizmente, não tinham a disponibilidade que gostariam, mas naquele mesmo dia já tinham tido uma reunião preparatória para que se elaborasse ou discutisse um orçamento. De qualquer das formas, se todos reflectirem bem a questão, não deveria ser à pressa que se tratava aquela proposta, a qual se pretendia construtiva e que enriquecesse a Câmara e a Cidade. Acrescentou que, naquela última reunião, se conheceram alguns dos pormenores do documento e, conforme o prometido, teriam as reuniões que fossem necessárias ter. No entanto, existiam certas questões que o Vereador Pinto Leite referiu, com razão, pois na última reunião ordinária tiveram disponibilidade para falar e, no entanto, um impedimento do Presidente da Câmara levou-o a abandonar a mesma. Contudo, respeitaram a atitude pois, certamente, o Presidente teria as suas razões. Portanto, da mesma forma, o Presidente também respeitaria os impedimentos dos restantes intervenientes naquelas reuniões. Mais referiu que, na construção do documento em questão, o qual era oficial, o Executivo tinha a obrigação moral e ética de ouvir a oposição e não o fizeram. Perante a afronta que foi a apresentação daquele



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

orçamento, não tinham o direito de impor agendas que não eram compatíveis. Pretendiam pois, apresentar as suas propostas, conhecer a realidade da Câmara, em profundidade, bem como as estratégias, porque o que interessava discutir não eram números, mas sim políticas consideradas importantes. Concluiu, dizendo que compreendia a pressa para que se aprovasse o orçamento, no entanto, solicitava que os argumentos apresentados fossem, minimamente, correctos.-----

O Presidente da Mesa informou que teriam de terminar o período antes da Ordem do Dia e deu conhecimento de uma Moção que o Membro António Baptista, do CDS/PP queria apresentar.-----

### **Voto de Congratulação pelo 35.º Aniversário do 25 de Novembro e declaração como o Dia Municipal da Liberdade – CDS/PP**

A 25 de Novembro de 1975, na sequência do “Verão Quente”, Portugal estava à beira de um conflito de consequências imprevisíveis, ou mesmo de uma guerra civil. Deste período, recordamos a nível nacional, o cerco da Assembleia da Constituinte, o Governo em greve e os atentados bombistas, a perseguição à hierarquia da Igreja Católica, onde se destaca os tristes episódios de que foi alvo o então Arcebispo Primaz de Braga, D. Francisco Maria da Silva, a nível distrital, as ocupações das herdades, o assalto a residências, a perseguição a cidadãos livres e de bons costumes, que apenas pensavam de maneira diferente dos revolucionários de extrema-esquerda e do Partido Comunista Português mais especificamente o episódio das vacas das Cujancas, tentativa de cerco protagonizada pelo General Pezarat Correia, aquando de uma reunião de agricultores em Campo Maior, os quais foram ameaçados com tiros, forquilhas e outras armas, e que, só por sorte e com graça de Deus, não resultou em nenhum morto.

A situação era insustentável e perigosamente aflitiva. As forças antidemocráticas de extrema-esquerda, o partido Comunista, militares a eles afectos e políticos totalitários, encabeçados por Vasco Gonçalves, instauraram um autêntico regime de terror no nosso país e muito concretamente na nossa região.

A maioria da sociedade civil, da sociedade eclesiástica, da sociedade militar e dos partidos políticos não estavam com esses antidemocráticos e totalitários, porém, e devido à ajuda externa, nomeadamente da URSS e de Cuba, esses revoltosos dispunham de grande arsenal militar.

Contudo, e devido à braveza de militares honrosos, onde se destacam, entre muitos outros, o General Ramalho Eanes e o General Jaime Neves, que num acto de louvor, saiu à frente dos comandas, desde a Amadora, até Lisboa, para fazer frente à revolta totalitária que as forças militares afectas ao PCP e de extrema-esquerda queriam fazer vencer e assim instaurar em Portugal um regime totalitário de esquerda.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não fosse também a ajuda dos partidos que sempre estiveram ao lado da Democracia, tais como o CDS, o PSD ou o PS, muito mais difícil teria sido a vitória dos moderados, dos democratas e dos que não só proclamam a liberdade, como sempre a defenderam e a quiseram por em prática.

Também a Igreja Católica teve um papel fulcral para que o 25 de Novembro vingasse. A nível nacional não podemos esquecer uma das figuras mais activas e destacada que foi o Monsenhor Eduardo de Mello Peixoto, que ficou para a história conhecido como o Cónego Mello. Em termos da nossa diocese tem de se destacar a actividade do padre Dr. Elias Lopes, devido à actividade exercida, nomeadamente a nível da escrita de vários artigos em órgãos nacionais e locais.

Assim sendo, o 25 de Novembro, mais do que uma data numa cronologia ou um parágrafo na história de uma revolução é o momento decisivo em que a Revolução Portuguesa segue, irreversivelmente, o caminho para uma Democracia de modelo ocidental e o marco em que o País alcança a verdadeira liberdade.

Nesse dia, a acção determinada dos militares moderados em prol da Democracia evitou que se derramasse mais sangue, garantindo que, no nosso País, se cumprisse a promessa de uma Democracia constitucional, sem tutelas externas ou ameaças permanentes.

A Assembleia Municipal de Portalegre, presta assim homenagem aos militares do 25 de Novembro, reconhecendo que deve à sua acção heróica e ao apoio que recebeu de muitos sectores da sociedade civil e eclesiástica, o papel que hoje este órgão autárquico representa.

Estava assim aberto o caminho para o Pluralismo, a Democracia plena e para a Liberdade.

Passados 35 anos, nascidas várias gerações de portugueses, é tempo de reconhecer que as datas não têm que ter cor política e, a história, é só uma.

Assim, a Assembleia Municipal de Portalegre, celebra o 35.º Aniversário do 25 de Novembro, presta homenagem aos seus autores e manifesta a sua congratulação pela vitória dos valores da Democracia e da Liberdade.

Consequentemente, e porque o 25 de Novembro foi o momento essencial para o alcance da Liberdade na nossa região, no nosso Distrito e no nosso Concelho, a Assembleia Municipal de Portalegre decide declarar o dia 25 de Novembro como o Dia Municipal da Liberdade.

O Presidente da Mesa colocou a anterior Moção à votação e o resultado foi: ----  
-12 Votos contra; 2 abstenções e 12 Votos a favor. Uma vez que havia um empate, lembrou que o Presidente da Mesa tinha voto de qualidade nas Moções. -----

### **Declaração de Voto (Luís Testa – PS)**

O Partido Socialista, obviamente, congratula-se com a data histórica que foi o 25 de Novembro. Contudo, não poderia estar mais em desacordo com aquilo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que foi a base justificativa apresentada, embora respeitável, mas que não é a nossa, para que votassem a favor de uma Moção, como aquela.

Novamente no uso, António Baptista solicitou esclarecimento à Mesa se a Moção tinha sido aprovada, ou não? -----

O Presidente da Mesa informou que a Moção tinha, efectivamente, sido aprovada com o seu Voto de Qualidade, conforme o previsto no Regimento da Assembleia Municipal. -----

### **Intervenção do Público**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos. -----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio, na qualidade de cidadão, disse que tendo vivido pessoalmente o 25 de Novembro, se sentia envergonhado pelo que foi decidido naquela Assembleia. -----

O Presidente da Mesa, informou que iriam passar à apreciação e votação de dois pontos, ainda fora da Ordem do Dia, os quais lhe foram entregues recentemente, questionando se todos os presentes os tinham recebido. -----

No uso da palavra, João Pina pretendeu colocar um Ponto de Ordem à Mesa, informando que, segundo o que constava no n.º 33.9, do Regimento da Assembleia Municipal que: “A discussão e votação de propostas, não constantes na Ordem do Dia das sessões ordinárias, depende de deliberação tomada por, pelo menos, dois terços do número legal dos seus Membros presentes, que reconheçam a urgência da deliberação sobre o assunto.” Embora a Bancada do PS não se opusesse, era óbvio que a deliberação não dependia do Presidente da Assembleia, mas de dois terços dos votos a favor. -

- Sociedade Recreativa Musical Alegretense – Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal;

- Deliberação de 2010.12.27 -

Presente requerimento da Sociedade Recreativa Musical Alegretense, de 17 de Dezembro de 2010, para emissão de declaração de reconhecimento do interesse para a população e para efeitos de apresentação de candidatura. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido assunto, nos termos da al. d), do n.º 7, do art.º 64.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção e para efeitos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da alínea q), do n.º 1, do art.º 53.º e alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da mesma Lei. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 Membros presentes, aprovar o assunto acima mencionado.-----

- 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre/2010;
- Deliberação de 2010.12.27 –

Presente proposta da Vereadora Maria Adelaide Teixeira, de 21 de Dezembro de 2010, para se proceder à 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre - 2010. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Paula Alegre e João Realinho, aprovar o assunto acima mencionado, nos termos da al. a), do n.º 2, do art.º 3.º do D.L. n.º 209/09, de 03 de Setembro e da al. o), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

No uso da palavra, Catarina Dias disse que, provavelmente, os documentos foram enviados. No entanto, não tiveram acesso aos mesmos e, para que pudessem discuti-los e votá-los, sugeriu que se fizesse a devida apresentação dos mesmos. -----

O Presidente da Mesa, solicitou aos serviços administrativos a apresentação do assunto em causa. -----

Usando da palavra, a Vice-Presidente disse que as alterações ao Mapa de Pessoal não eram mais do que o aumento dos 14 postos de trabalho, referentes às auxiliares de educação, os quais foram votados por unanimidade, em reunião de Câmara. Informou que eram postos já existentes e de extrema necessidade. Aqueles 14 postos foram abertos a concurso porque, de facto, o Ministério da Educação concedeu verba para 17 pessoas e existia, efectivamente, a necessidade de as ter a trabalhar nas Escolas e manter a estabilidade nas mesmas. Acrescentou que existiam também algumas mobilidades internas na própria Câmara, mas nada mais de significativo. -----

No uso da palavra, Luís Testa chamou a atenção para o facto de a Vice-Presidente ter informado que aquela proposta teria sido aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara e, pelo que leu da deliberação, tal não correspondia à verdade. -----

A Vice-Presidente informou que a aprovação por unanimidade era referente à abertura dos 14 postos para os auxiliares de educação. Por outro lado, o mapa





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de pessoal tinha sido votado com os votos contra dos Vereadores do PS, os quais tinham feito Declarações de Voto.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa considerou que era perigoso o que ali se estava a fazer, em termos dos postos de trabalho que eram colocados a concurso a pessoas que já desempenhavam funções nos mesmos, porque a um concurso para um posto de trabalho podia concorrer qualquer cidadão, desde que reunisse os requisitos necessários. Portanto, não era a primeira vez, nem a última que ouvia comentar que os lugares nos concursos para a Câmara já estavam predestinados. Na sua opinião, o princípio em causa não era bom e, mesmo que fosse legal, pessoalmente, não concordava. Contudo, a alteração ao mapa de pessoal mexia com algo mais do que aquilo que a Vereadora havia dito, porque os Vereadores do PS manifestaram a sua opinião na Declaração de Voto, aquando da deliberação sobre aquele assunto e a questão fulcral era o facto de existir algo subjacente ao mapa de pessoal, ou melhor, uma reorganização funcional do Município que não reunia visão unânime, dentro da Vereação. Era, portanto, naquela questão que a Vice-Presidente se deveria debruçar, porque relativamente aos 14 postos de trabalho, a votação era consensual. -----

No uso da palavra, Fernanda Bacalhau, em nome dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, disse que não discordavam da avaliação que estava a ser feita e, na questão dos 14 postos de trabalho, sabiam que se tratava de pessoas a exercer as suas funções e que a partir do dia 31 de Dezembro ficarão desempregadas, porque termina o contrato. Mais referiu que aqueles 14 lugares eram estritamente necessários às escolas e, mais que fossem, não faria mal nenhum. Do ponto de vista dos princípios que têm, disse que estavam de acordo com aqueles postos de trabalho. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção, 10 votos contra e 17 votos a favor, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **Declaração de Voto** (Luís Testa – PS)

O nosso voto contra não se prende, na sequência daquilo que foi também a Declaração de Voto do Partido Socialista, com a criação dos 14 postos de trabalho relativamente à entidade específica que é a Educação. Prende-se com algo bem mais amplo e que não foi explicado, como deveria ter sido, pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, que era a organização interna e funcional da Câmara. Esse, sim, é o calcanhar de Aquiles do nosso Município que debilita as funções básicas do mesmo e que, a caminhar assim, já não se sabe onde irá chegar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **ORDEM DO DIA:**

**1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro pretendeu formular uma ou duas questões, que eram: Uma delas era tão recorrente como o parágrafo que, sistematicamente, se encontrava no Relatório do Presidente da Câmara Municipal e que dizia respeito ao "...acompanhamento dos projectos de investimentos privados que estavam em curso ou perspectivados..."; "...procura de novos investimentos e acompanhamento da situação das empresas sediadas na Zona Industrial da Ribeira de Nisa", relevando que aquela última parte era, infelizmente, nova para Portalegre. Quanto ao resto, a leitura mantinha-se idêntica, de sessão para sessão. Ao longo dos últimos anos tem existido um grande secretismo relativamente aos contactos que a Autarquia tem feito com as entidades privadas, que se constituíam como eventuais investidores para a Cidade. Tal secretismo fez decrescer o número das mesmas, começando com quinhentas, passou para trezentas e actualmente eram zero, pois não se via nada concretizado no terreno. Sugeriu então, ao Presidente da Câmara, que mudasse a política pessoal, ou melhor, em vez de manter o segredo dos contactos múltiplos com os potenciais investidores, que adoptasse a estratégia contrária para tentar algo de positivo para a economia de Portalegre, porque já se estava a assistir ao mesmo discurso e à mesma retórica, sistematicamente. A estratégia deveria ser pois alterada, para se inverter a perda de postos de trabalho e de riqueza, que Portalegre teve nos últimos tempos. Em segundo lugar, perguntou que tipo de contactos políticos é que foram feitos, relativamente ao investimento do Campo de Golfe da Abrunheira, uma vez que leu no relatório que: "...se tinham sucedido contactos, ao nível técnico e político."? Uma outra questão era referente ao Centro Popular de Trabalhadores de S. Cristóvão, uma vez que a dada altura era referido o projecto da lavandaria e da cozinha comunitária para um local que foi, há pouco tempo atrás, afectado pelas intempéries. Gostaria pois de saber se foi dado algum passo, em concreto, por parte da Câmara, para auxiliar nos estragos de que o Centro foi alvo. Por último, no ponto do relatório que dizia respeito à descentralização autárquica, em que era referido o facto de terem mantido contactos com as Juntas de Freguesia e estavam em curso a sistematização das necessidades apresentadas para decisão, sobre o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que era preciso realizar a curto prazo ou prever para os próximos orçamentos. Na sua opinião, era necessário esclarecer as pessoas quanto àquela matéria, uma vez que as Juntas, pelo que consta, não foram consultadas para a elaboração do orçamento.-----

No uso da palavra, Catarina Dias disse ao Presidente da Assembleia Municipal que a marcação da data, para aquela sessão, foi uma óptima estratégia de marketing porque, realmente, obrigava a que todas as famílias permanecessem na Cidade para festejarem a passagem do ano na “magnífica” festa organizada pelo Município. Relativamente ao documento em análise, sobre a actividade municipal, mais concretamente sobre a Porta 65-Jovem, onde era referido o apoio a jovens na formalização das candidaturas e a divulgação junto de entidades, pretendeu saber quantos jovens é que tinham sido, efectivamente, apoiados e quais as entidades do Concelho a quem foi divulgada tal iniciativa? Por fim, solicitou resposta quanto ao número concreto de Associações que disseram ter ajudado e qual o tipo de apoio prestado no Programa do Associativismo Juvenil?-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que a resposta às questões anteriores era fácil, bastava para tal perguntar ao primeiro-ministro sobre a célebre estratégia da criação de emprego, que todos verificaram que não foi eficaz, nem produziu resultados.-----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que, relativamente aos investimentos atrás mencionados, bastava que o Membro do PS, Miguel Monteiro, passa-se na Zona Industrial para perceber que estavam em construção toda uma série de empreendimentos. Quanto ao Campo de Golfe, convidou-o a acompanhá-lo dentro de dias para se certificar que não era um projecto fácil. Mais disse que presumir era fácil e, para algumas pessoas, o facto de descobrirem que afinal entram projectos e negociações na Câmara Municipal de Portalegre, vai verificando que, tal facto, os torna desgostosos. Afirmou que têm tido vários contactos, com frequência, os quais podiam ser confirmados com nomes, com datas, dias de visitas, etc. Acrescentou que gostaria de poder contar com a solidariedade daqueles que se preocupam com o desenvolvimento daquela terra, para os outros desenvolvimentos, como, por exemplo, a Escola de Formação da GNR, nas acessibilidades que foram interrompidas, e aquelas sim, que, de forma transversal, foram altamente motivadoras e castradoras de algumas intenções de investimento em Portalegre, que eram susceptíveis de acontecerem. Na realidade, desde os erros estratégicos que estavam subjacentes a alguns investimentos, como era o caso do traçado do IC 13, com desperdícios significativos do traçado pelo qual optaram, ao invés do outro já perspectivado, em que de Portalegre para Alter, era possível fazer uma recta e, por outro lado fez-se um traçado mais sinuoso e com as encostas mais altas, quase para que se consumisse mais verba, talvez no intuito de satisfazer uma aspiração do Concelho do Crato. No entanto, voltou a relevar o benefício de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

poderem estar todos de acordo na ligação para Elvas e para Estremoz. Acrescentou que, embora não rejeitasse a intenção da ligação de Portalegre para Estremoz, no campo das prioridades deverá ser melhorada a ligação de Arronches para a frente. Portanto, no âmbito do Campo de Golfe, da Zona Industrial, da Fábrica de Lanifícios, da qual tem uma maqueta que poderia mostrar aos interessados e em que existe uma vasta equipa liderada por um técnico bem qualificado, para conceberem o esquema de ocupação do território onde a mesma funcionava. Mencionou, inclusive, que o Shopping só não estava numa fase mais adiantada porque tiveram o azar de o supermercado perspectivado para lá ter sido vendido à cadeia Carrefour, que entretanto foi comprado pela cadeia da Sonae, o que impediu o desenvolvimento do respectivo processo. Contudo, os procedimentos inerentes eram já passíveis de serem divulgados. Também referiu um outro investimento, também volumoso e que estava dependente de uma decisão importante para poder ser construído na Quinta da Penha e que era um Hotel relacionado com uma enologia, no qual o proprietário adiantou que, da sua parte era perfeitamente possível conseguirem ter a obra a decorrer rapidamente, pois não estava condicionado pela crise. Por último, relevou que a questão fundamental tinha a ver pois com a Escola da Formação da GNR, em que confessou sentir-se enganado pelo Ministro da Administração Interna, ao qual disse pessoalmente, aquando da véspera das eleições, quando cá esteve a apresentar um suposto “projecto” e uma comissão para o estudar, que não era mais do que uma farsa. Naquela altura, a defender o dito Ministro, estava também presente o Deputado Miranda Calha, a quem confessou que era muito importante que ele, enquanto Portalegrense e Deputado eleito pelo Distrito, estivesse solidário com o Município na defesa de uma promessa feita pelo Primeiro-ministro e pelo então Ministro António Costa, mas que o Ministro seguinte desvirtuou. Portanto, o que estava em causa não era só o facto da Escola se fazer, ou não, mas para Portalegre era urgente saber quando, já que mereciam um outro tratamento e uma resposta séria sobre as razões porque não se estava a avançar. Disse ainda que, na área da saúde, era dos que defendia a construção do novo Hospital, em vez de se terem estado a fazer “remendos” que, provavelmente, neutralizam a capacidade de resposta. Quanto à questão da hemodiálise também era imperiosa mas, ao contrário do que muitos diziam, não era da competência da Câmara Municipal de Portalegre e a responsabilidade pelo que estava a acontecer naquela área tinha de ser apurada. Em conclusão, disse que gostaria de ver outro andamento e maior evolução nos investimentos que referiu anteriormente. Os promotores continuavam a gastar dinheiro e a investir na preparação daquilo que será a consolidação do investimento desejado, contudo também estavam algo afectados com a crise actual. Ainda em relação à intervenção no Centro de S. Cristóvão, afirmou que a Câmara ajudou no que foi possível e na questão da descentralização autárquica disse que só não era mais efectiva se não houver condições para tal, acrescentando que o seu Executivo foi quem a galvanizou e a projectou de uma forma como nunca tinha sido feita. Além do facto de estarem ali Presidentes de Junta, que já o eram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ainda antes do actual Executivo, e que poderiam aferir a afirmação anterior. Mais disse comungar da partilha de opiniões por não terem, actualmente, os recursos que todos gostariam, mas, houve pois um esforço comum em várias obras executadas, como por exemplo na pavimentação e alcatroamento de acessos nas freguesias rurais. Alguns houve que achavam que o esforço foi desajustado, mas aqueles que estavam à frente dos destinos das Juntas sabiam que o esforço só não foi maior porque as verbas não chegaram para tudo. Ainda respondendo à questão da Catarina Dias, informou que, efectivamente, não iria haver festa de fim de ano no Mercado Municipal. No entanto, em muitas que já houve noutros anos, disse nunca ter tido o prazer de a encontrar por lá. -----

A Vereadora Adelaide Teixeira, quanto à situação do Centro de Trabalhadores de S. Cristóvão informou que os serviços respectivos da Câmara estiveram durante três dias a arranjar o telhado daquele edifício, devido às fortes chuvadas que se manifestaram. Quanto às restantes Associações do Concelho, não tinha números precisos, mas foram apoiadas todas as que se candidataram. Relativamente à Porta 65 disse que, já há cerca de um ano, tinham uma técnica a trabalhar, exclusivamente, na área do apoio ao Associativismo Juvenil e tem existido divulgação através da Câmara Municipal e, inclusive, a Movijovem tem elogiado o trabalho desenvolvido até à data. ----

Novamente no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou ainda que, em relação à Quinta da Saúde, existiam intenções de investimento e estavam a aguardar sincronia, por parte do Parque Natural da Serra de S. Mamede, para que aparecesse um projecto interessante para aquela zona. Adiantou também que teve um contacto por parte do responsável da Rock Building, Dr. Almeida Guerra, comunicando que deu entrada da informação prévia do projecto da Fino's. O que desejava, era ver, quanto antes, aquela zona demolida e as máquinas a fazerem os alicerces a bom ritmo. Mais referiu que não havia nenhum daqueles investidores que tivesse alguma abordagem da Câmara, em que não se tivessem tentado transcender, no sentido de que não se sentissem desguarnecidos para se acompanharem os investimentos que, em boa hora, decidiram fazer na Cidade. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse não precisar da companhia do Presidente da Câmara para visitar os locais mencionados, porque conhecia bem a realidade de Portalegre. Sugeriu ao Presidente que convidasse uma outra pessoa ou, por outro lado, aproveitasse o tempo para trabalhar a sério pelos interesses do Município de Portalegre e dos seus habitantes. Relativamente aos investimentos privados, disse não precisar dos contactos dos mesmos, mas sim que, no relatório, em vez daquela informação superficial, se colocassem algumas das propostas recebidas de forma concreta. Referiu que qualquer das obras apontadas anteriormente tiveram o apoio do Partido Socialista e, se assim não fosse, o Presidente não teria dado por nenhum





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

quilómetro do IC 13, nem pela intenção de investimento para o novo Quartel da GNR, tão importante para a Cidade. Recomendou ainda ao Presidente da Câmara que desse mais atenção à estratégia para Portalegre, a qual não se revê nem no comércio tradicional, nem pela Zona Industrial onde, infelizmente, só se vêem postes de luz “cor-de-laranja” pendurados. Acrescentou que o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre já há muitos anos que estava à frente daquele Município e, obviamente, tudo fazia para defender os interesses dos cidadãos, mas não deveria arvorar-se com o primado da defesa dos interesses do desenvolvimento económico daquela terra nem insinuar que alguns até poderiam vir a retirar algum regozijo pela “desgraça” em que a Cidade pode estar a viver, em termos de investimento privado e de investimento económico, pois tal indicação era inadmissível e ofensiva. Na sua opinião, Presidente da Câmara gostava de provocar mas, infelizmente, ficaram ali, uma vez mais, muitas respostas e esclarecimentos por dar. Por último, gostaria que, de modo a evitar aquela troca de papéis durante as sessões, era importante que o relatório em discussão tivesse dados concretos e não abstractos, porque enquanto assim não for, iria continuar a colocar a mesma pergunta, nas sessões futuras daquela Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, António Baptista questionou o Executivo sobre quando é que iriam ser colocadas as placas no Parque Miguel Bombarda?-----

O Presidente da Câmara informou que as placas daquele Parque tinham sido colocadas recentemente. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse que pretendia colocar uma proposta à Mesa. Nos termos do art.º 63.º, do Regimento, era descrita a forma como o Presidente da Câmara Municipal devia elaborar os esclarecimentos à Assembleia Municipal, na reunião do orçamento e, embora não tivessem orçamento, os mesmos teriam de ser prestados por escrito. O Regimento exigia, conforme a al. a), do n.º1, do art.º 63: “A actividade desenvolvida pela Câmara Municipal e os resultados obtidos nas Associações e Federações do Município, nas Cooperativas, Fundações e outras entidades de cariz não empresarial, designadamente ao nível do desenvolvimento nessas entidades e quais os efeitos ou frutos que daí advêm.” Portanto, lendo aquele artigo por completo, existia informação prestada pelo Presidente que não correspondia ao exigido regimentalmente e, era naquela base que invocava ao Presidente da Assembleia que, de futuro, dentro da Lei, fosse exigido o cumprimento cabal, por parte de todos os agentes do Município, inclusivamente do órgão Câmara Municipal e do órgão unipessoal, na pessoa do Presidente de Câmara, relativamente ao disposto no referido Regimento. -----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo disse que, efectivamente, os relatórios do Executivo, só não metiam graça porque eram demasiado tristes e os assuntos em causa eram muito sérios e tinham a ver com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desenvolvimento sustentado de uma cidade que, quem ouvisse o discurso do seu Presidente, pensaria que ele era o único que acredita nas palavras proferidas. Na sua perspectiva, mais ninguém acreditava naquele conceito de realidade e mais ninguém conhecia os investimentos apresentados. Disse também que os eleitos do PS têm estado atentos e acompanhado, politicamente, aquilo que tem acontecido na Cidade; começou-se com um Plano Director Municipal que destruiu a política de Cidade; sempre se ouviu falar num conjunto de investimentos para a Zona Industrial que começou com trezentas novas empresas e que, actualmente, já nem falavam do tema porque, se alguma ironia existia no princípio, agora já era demasiado constrangedor aquilo que a cidade veio a beneficiar; ouviu-se também falar em investimentos que iriam catapultar a Cidade a patamares nunca antes imagináveis e, na realidade, o nível estava muito aquém do esperado. Portanto, o gain-invest foi falhado, o POLIS falhou, o Golfe não acontece, os projectos de biomassa não se concretizavam, a desgraça a que se conduziu o comércio tradicional na Cidade e que, com tudo aquilo, ainda assim se ouviu o Presidente da Câmara falar do projecto pensado para a Quinta da Saúde, com a leviandade habitual, o que lhe fez lembrar uma capa de um Jornal com cerca de dois anos, em que era referida a promessa do Reptilário e que, no fim de contas, a fez associar à imagem de um vendedor da “banha da cobra”, que vendia sonhos e ilusões e que, para a Cidade, não se lhe conheciam concretizações.-----

O Presidente da Câmara, relativamente ao que tinha acabado de ouvir, chamou a atenção para o facto de não querer ir para além daquilo que devia. Contudo, manifestou novamente a disponibilidade para falar da questão da Quinta da Saúde, do Plano Directório Municipal ou de outra qualquer questão. Disse que apareciam, repentinamente, pessoas com informação referente a determinadas situações, que considerava lamentável não partilharem as mesmas, porque o que se disse, anteriormente, sobre os rebanhos comunitários, o Reptilário, os projectos da Quinta da Saúde, poderiam sentar-se à mesa e falar em concreto sobre qualquer uma das questões. Apontou o facto do Membro que se pronunciou estar na função onde estava e, sendo a responsável na área do Turismo e Hotelaria, deveria gastar mais tempo na avaliação das situações que acabou por menorizar, não deveria ter exibido o distanciamento da realidade das mesmas e que, tendo também sido formada na área agrícola, tinha obrigação fazer ali uma leitura mais aprofundada. Na realidade, os projectos subjacentes à Quinta da Saúde só não aconteciam mais rapidamente porque existiam condicionantes de vária ordem, como era o exemplo dos terrenos onde estava instalado aquele complexo, que só não estavam ainda negociados porque tinham entraves do ponto de vista da titularidade dos donos do mesmo. Houve complicações difíceis de resolver e tal facto tem estado a encadear todos os procedimentos necessários. -----

No uso da palavra, João Pina disse que gostaria de colocar um Ponto de Ordem à Mesa para relembrar o Presidente da Mesa de que o art.º 37.º, no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

n.º1-d) dizia o seguinte: “É competência dos Membros da Assembleia fazerem perguntas à Câmara Municipal.”; deduziu, pois, que para tal, não tenham de passar pelo Presidente da Assembleia Municipal. Além de que, o art.º seguinte, dizia que o Presidente da Câmara também respondia. Perante o atrás disposto, questionou o Presidente da Mesa sobre qual era o art.º que dizia que era obrigatório as perguntas passarem pelo próprio? -----

O Presidente da Mesa informou que no n.º 1, do art.º 37.º daquele Regimento dizia: “A palavra é concedida aos Membros da Assembleia para...”, portanto, era conveniente saber interpretar a Língua Portuguesa. -----

Novamente no uso da palavra, Conceição Grilo fez questão de referir que não estava naquela Bancada enquanto diretora da escola de hotelaria de Portalegre, nem pela formação de base que teve, mas sim como eleita pelo PS e, como tal, as questões que colocou eram de índole político. -----

Usando da palavra, Catarina Dias referiu que sempre ouviu dizer: “os exemplos vêm de cima” mas, no entanto, o que ali verificava era que, quer por parte do Presidente da Câmara, quer por parte do Presidente da Assembleia Municipal, por vezes não davam os melhores exemplos e, portanto, pediu desculpas por estar a ser frontal, mas os modos como o Presidente da Câmara por vezes se referia aos Membros da Assembleia não lhe pareciam, minimamente, correctos, educados e adequados às situações em debate. Quanto à forma como o Presidente da Assembleia fazia as suas intervenções, também não seria a mais correcta porque já tinha, praticamente, convidado um Vereador a retirar-se, quando, por vezes, deveria era tê-lo feito ao Presidente da Câmara. -

O Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para o facto de, às vezes, os termos utilizados por alguns dos Membros não serem os mais correctos. Informou que iriam passar ao próximo Ponto da Ordem. -----

### **2 – Acta n.º 8 relativa à 5.ª Sessão Ordinária, realizada em 27.09.2010;**

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada.-

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 26 a favor, em 28 votos, aprovar o assunto acima mencionado.-----

### **3 – Adesão da Câmara Municipal de Portalegre à Associação FAB Labs Portugal – Laboratórios de Fabricação Digital;** - Deliberação de 2010.10.04 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação da Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, datada de 29 de Setembro, referente à intenção do Município de Portalegre integrar a Associação FAB Labs Portugal. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a respectiva adesão. -----

No uso da palavra, João Pina disse que sabia, perfeitamente, ler em português e se lhe concedessem a palavra pretendia colocar uma pergunta à Câmara, no sentido de saber em que moldes é que iria decorrer aquela adesão, porque conhecia a Associação em causa, a qual se situava no Monte da Caparica e não na Costa da Caparica, como indicado na informação. Disse ainda ter dúvidas daquela adesão, quer a nível financeiro, quer da participação da Câmara, porque a Câmara estava a candidatar-se a sócio efectivo, mas os estatutos da Associação diziam que sócio efectivo era aquele que tinha e/ou criava um laboratório da marca FAB Labs. Portanto, questionou se era intenção da Câmara criar um laboratório ou tornar-se num tipo de sócio aliado, uma vês que as incumbências previstas nos estatutos daquela associação lhe pareciam demasiado grandes para os sócios? Perguntou, inclusive se a Câmara já tinha algum feedback da empresa I-dreams? Sobre qual seria o valor da quota a pagar? Se vão ou não ter jóia e se existiam quotas suplementares? Apesar de que, entendia ser um bom projecto de investimento, até porque o empreendedorismo na área das novas tecnologias deveria estar sempre ligado às autarquias. -----

O Presidente da Mesa informou, novamente, de que as perguntas eram colocadas à Mesa daquela Assembleia, precisamente para evitar expressões e confrontos que tinham de ser evitados entre os Membros presentes. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que, quanto às questões que foram feitas pelo Membro do PS, João Pina, não podiam ser ali respondidas porque a pessoa que coordenava a candidatura em causa (Teresa Narciso) não pôde estar presente naquela sessão. -----

Novamente no uso da palavra, João Pina disse que gostaria de saber, propriamente, era se os compromissos já assumidos entre a Câmara e a I-dreams seriam lesivos, uma vez que a fase inicial já tinha arrancado e se o assunto poderia, ou não, ser adiado para a próxima reunião daquela Assembleia, até que o Executivo tivesse os esclarecimentos devidos? Solicitou, pois, que a votação do ponto em questão fosse adiada para evitar que, hipoteticamente, fosse constituída a Associação e que depois se estabelecesse uma quota anual efectiva de 100.000,00€. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que, quanto àquele ponto, entendia ser do maior interesse a adesão de Portalegre à iniciativa e ao tipo de projecto em causa. O PS, embora o Presidente da Câmara tentasse fazer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parecer, não era de se opor às coisas boas e de se vangloriar com os pecados mortais que os atingem. No seu entendimento, aquela preocupação com a adesão era legítima, para que não acontecessem logros no futuro como o da NaturTejo, que estava desvinculada da Região Alentejana e que, actualmente, fazia parte da Região de Turismo da Beira. Mais disse ser importante o facto de se sentirem participativos naquele projecto, porque conheciam potenciais investidores e podiam incentivar pessoas para aquele tipo de iniciativas. Deveria existir maior exactidão para se saber como se processavam todas as adesões do Município, porque só conhecendo na íntegra é que poderiam avaliar se o risco era grande e se eram uma mais-valia, ou não. Contudo, admitia que, possivelmente, aquele seria um projecto válido e que, tendo sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, existia espírito de orientação no voto dos Vereadores. No entanto, concordava com a posição do Membro João Pina e admiraria a verticalidade do Município se adiassem a votação para a próxima sessão, para se decidir em condições. -----

O Presidente da Mesa disse que se iria votar a retirada, ou não, do ponto 3, para saberem se ficaria para a próxima reunião da Assembleia Extraordinária: - A votação foi a seguinte: 11 Votos a favor, 2 abstenções e 13 Votos contra. Portanto, o ponto mantinha-se e iria ser votado de seguida. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

O Presidente da Câmara disse que, apesar do resultado da votação, a proposta dos Membros do PS não seria menosprezada e iriam tentar os contactos necessários para obterem a valorização necessária do projecto. -----

### **Declaração de Voto** (Luís Testa – PS)

Nós tínhamos proposto a retirada do ponto. Não acontecendo a retirada do ponto, não confundimos a árvore com a floresta, porque para nós é mais importante a adesão a este projecto, do que, por mera ordem de expediente, votar contra. Contudo, gostaria de solicitar os dados que faltavam para, no âmbito da actividade de fiscalização da Câmara Municipal, podermos analisar, cabalmente, as aplicações as implicações da adesão.

### **Declaração de Voto** (Cristóvão Crespo – PSD)

Nós tomamos as posições consequentes em função daquilo que é apresentado e, normalmente não andamos aos ziguezagues e ao sabor da flutuação de critérios.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Declaração de Voto** (Carlos Vintém – PS)

A minha declaração de Voto é em relação à minha posição nesta votação, que é a seguinte: Não pondo em causa os bons princípios e intenções desta proposta, a admissão por parte do Presidente da Câmara, que eu respeito e considero, mas o facto de não ter os dados para informar melhor sobre a proposta feita, levou-me a pedir e a concordar com a retirada do ponto para futura votação; situação essa que não punha em causa o projecto. Não costumo votar sem olhar bem para aquilo que voto.

#### **4 – Maria Angelina Martinho – Pagamento antecipado de prestações de renda resolúvel e reajustamento do valor em falta para 120 prestações;**

- Deliberação de 2010.10.04 –

Presente informação n.º 4249 da Divisão Financeira/Serviço de Património, de 06 de Setembro de 2010, na sequência do requerimento apresentado por Maria Angelina Martinho, a solicitar o pagamento antecipado do valor das prestações, da compra do fogo em que habita, no regime da propriedade resolúvel, bem como o reajustamento do n.º de prestações e, conseqüentemente, o valor da prestação a pagar. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento antecipado do valor das prestações em propriedade resolúvel, da compra do fogo no valor de 7.125,96,00 €.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o assunto acima mencionado. -----

#### **5 – Cedência do Lote n.º 62 do Loteamento da Tapada do Mota à Santa Casa da Misericórdia de Alegrete – Contrato de Comodato;**

- Deliberação de 2010.10.04 –

Presente Minuta do Contrato de Comodato, a celebrar entre a Santa Casa da Misericórdia de Alegrete e este Município, referente ao lote de terreno n.º 62, sito no Loteamento da Tapada do Mota, Freguesia de Alegrete. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do referido Contrato.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o assunto acima mencionado. -----

#### **6 – Fundação Robinson - Requalificação Urbana do Espaço Robinson – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação de 2010.11.02

Presente a requalificação urbana do Espaço Robinson – pedido de reconhecimento de interesse público, com informação do DUOM, de 27 de Outubro de 2010, propondo que a Câmara Municipal de Portalegre assim o reconheça. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público daquele espaço. ---

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o assunto acima mencionado. -----

**7 – Santa Casa da Misericórdia de Portalegre/Reconhecimento do interesse público do empreendimento – Isenção de taxas;**

- Deliberação de 2010.11.15 –

Presente processo n.º 31/2009 de 07/04/2009, apresentado por Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, referente à construção de um complexo para idosos (pedido de isenção de taxas para emissão do alvará de licença de construção) na Av.ª da Liberdade, Freguesia de S. Lourenço, com informação do DUOM de 12/11/2010, propondo que a Câmara delibere o reconhecimento do interesse público do empreendimento, para efeitos de isenção de taxas, nos termos do art.º 16.º do RMUETCU. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público do empreendimento, para aquele efeito, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do RMUETCU. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o assunto acima mencionado. -----

**8 – Fundação Robinson – Relatório de Gestão e Contas de 2009; Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas – Para conhecimento;**

Presente Relatório de Gestão e Contas de 2009; Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas da Fundação Robinson.

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que aquele relatório da Fundação era sempre bem-vindo àquela Assembleia Municipal porque, obviamente, tinham um papel importante no sentido de analisar o sentido do que era a actividade e o funcionamento da mesma, embora não fosse votado. No entanto, verificou alguns elementos estranhos, ou a sua omissão, relativamente àquele relatório, porque não constava do mesmo a Acta onde um dos Membros da Administração votou contra o referido relatório. Deveria estar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

lá presente a Acta em que tal facto ocorreu e a própria Declaração de Voto em que aquele Membro da Administração justificou o sentido do voto contra. Considerava o lapso grave e gostaria de acreditar que tal se devia apenas a um lapso. Contudo, o lapso não deixava de ter gravidade porque as questões levantadas na dita Declaração de Voto eram importantes, principalmente, no que respeitava ao funcionamento da Fundação. Daquele modo, apresentavam-lhes ali um conjunto de elementos em que faltava algo significativo e, portanto, a questão merecia ser discutida no seio daquela Assembleia, porque tinha conhecimento de que os problemas levantados na Declaração de Voto, diziam respeito ao facto de a Fundação não apresentar um orçamento relativo ao exercício de 2009. Tal facto era algo que contrariava os próprios estatutos (art.º 9.º) daquela Fundação e não era a primeira vez que tal acontecia. O próprio relatório do Revisor Oficial de Contas voltava a fazer referência àquilo que era o problema básico da maioria das discussões que ali tinham, em torno das relações que se estabelecem entre a Fundação e o Município de Portalegre. Embora o ROC tenha dado o aval ao relatório, não deixava de ter um parágrafo que era necessário esclarecer, por parte do Município, como associado da Fundação, naquelas matérias. O ROC dizia o seguinte: “Não obstante as melhorias verificada na clarificação do quadro de financiamento das actividades da Fundação, nomeadamente através da celebração com o Município de Portalegre, de 30 de Junho de 2009, persistem divergências entre os saldos das duas entidades, que carecem de adequada reconciliação.” Aquele era o ponto que tinha de ficar esclarecido e desvendar como é que estavam, afinal, as contas entre o Município e a Fundação, porque a verdade era que os dados eram díspares. Gostariam, pois, de saber onde é que faltava dinheiro, se de um lado, se de outro? Acrescentou que, apesar de uma das situações que foi levantada pelo já referido Membro da Administração, aquando da votação daquele relatório, ter sido atenuada com alguns protocolos estabelecidos entre a Câmara e a Fundação para tentarem regularizar a situação, a verdade era que existiam saldos que não estavam devidamente explicados. Em conclusão, referiu que era grave o facto do próprio Conselho não ter tido, naquela matéria, uma intervenção válida nas contas da Fundação, que face a uma Declaração de Voto, devidamente justificada, se tenha colocado um “lençol” em cima do assunto e tapado questões com alguma gravidade, as quais foram levantadas e em que não esclareceram ninguém. Por fim, apelou a quem de direito que, de uma vez por todas, conseguisse explicar, ponto por ponto, onde é que existia a lacuna na reconciliação de verbas entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson. -----

O Presidente da Mesa informou que não se encontrava presente nenhum responsável da Fundação e, por outro lado, a ponto era apenas para conhecimento e não para discussão. Efectivamente, a Assembleia era o órgão de fiscalização, mas sugeriu que se arranjasse uma Comissão com representantes de cada um dos Partidos, com o Conselho de Administração e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

com os órgãos respectivos da Fundação, visto existirem dúvidas quanto ao relatório apresentado.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que grande parte do objectivo de “mola” do desenvolvimento do Concelho foi colocada pelas sucessivas maiorias do PSD na Fundação Robinson. Sem querer ser ofensivo, disse que a Fundação tem sido como que uma placa giratória com alguns benefícios mas também com prejuízos para o próprio Município. A história daquela Fundação já era demasiadamente longa, para se escarpelizar numa qualquer Assembleia e, no seu entender, o Presidente da Mesa fez uma proposta interessante. Tal proposta até poderia ser mais ousada, pois existia a faculdade de a Assembleia Municipal se constituir em comissões e não seria descabido constituir uma Comissão de Finanças da mesma. Relembrou o facto do Município de Portalegre estar, actualmente, sem orçamento e existiam instituições conexas que tinham recursos que dependiam, directamente, do Município e, perante as diversas questões levantadas e as poucas respondidas, era da opinião de que a proposta avançada pelo Presidente daquela Assembleia devia ser tomada em consideração. Contudo, existia um pormenor que era de frisar, porque não estava ali ninguém da Fundação Robinson e, como todos sabiam, a dita Fundação era de direito privado e, como tal, não tinha lugar na Assembleia Municipal. Perante aquilo, concordava com o proposto pelo Presidente e não admitia que, numa anterior sessão, um próprio Membro da Mesa e um outro daquela Assembleia Municipal tivessem tomado “dores de parto” que não eram para ali chamadas, as quais se tornaram graves e resultavam de uma promiscuidade lógica entre órgãos municipais e pessoas colectivas de direito privado. Disse ainda que se tinha chegado ao ponto de se colocar em evidência a possibilidade de uma incompatibilidade manifesta entre o cargo de Membro da Assembleia Municipal e o cargo como órgão da referida Fundação. Como exemplo da afirmação anterior, mencionou o Diogo Júlio, que fazia parte da Assembleia Municipal e optou por ser Administrador da Fundação Robinson. Contudo, a Assembleia possuía um carácter de fiscalização, não só em relação à Câmara Municipal de Portalegre, mas também a todas as pessoas colectivas de direito público ou privado, em que o Município tinha participação. Se o Município fosse sócio da Banda Euterpe, do Desportivo ou do Estrela, etc. e ali exercesse cargos directivos, a Assembleia Municipal teria direitos de fiscalização nas mesmas Associações referidas. Acrescentou que, conforme se assistiu no elencar dos cargos das pessoas que estavam nos Órgão de gestão da Fundação, apareciam alguns como Câmara Municipal erradamente, pois a Câmara era um órgão do Município e aquelas pessoas representavam um órgão do Município. Concluiu, referindo que alguém da Fundação teria de responder perante a Assembleia Municipal, uma vez que os exemplos de promiscuidade entre o Município e outras “casas” eram vários. Congratular-se-ia se o Grupo do PSD concordasse com a proposta. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que o PSD concordava com a proposta avançada e corroborava com a solução da dita Comissão de Finanças.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que era quase sempre possível encontrarem-se consensos, porque seriam benéficos para todos. Em inúmeras Assembleias Municipais espalhadas pelo País existiam Comissões genéricas e, no seu ponto de vista, seria uma mais-valia para o Município de Portalegre ter uma Comissão Genérica de Finanças, a qual pudesse ter a atribuição de fiscalização da relação com a Fundação Robinson. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo referiu que, à semelhança do Relatório da Fundação Robinson e à respectiva Comissão ali proposta, também se devia proceder de igual modo para com o ICTVR.-----

O Presidente da Mesa disse que, se estivessem todos de acordo, relativamente à criação da Comissão, cada Grupo partidário deveria apresentar as suas propostas, de entre os Membros daquela assembleia Municipal. Quanto à questão da Comissão Financeira do ICTVR, também teriam de se pronunciar os Partidos, para deliberarem.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa lembrou que o art.º 23.º, no n.º 3, obrigava a que: “A proposta de constituição de Comissões ou grupos de trabalho terá de ser acompanhada do respectivo Regimento.”; portanto, naqueles termos, levantava-se um problema, porque não tinham ali condições de apresentar uma proposta com o Regimento. No entanto, tal situação poderia ser superada no próprio Regimento, uma vez que o objectivo das Comissões era o de ouvir pessoas e Instituições e elaborar relatórios, os quais eram depois votados e a proporcionalidade era uma questão fundamental naquele tipo de Comissões. Poderia, eventualmente, ser só com um Membro de cada partido mas, o partido em si, não poderia trazer a proporcionalidade para o seu voto, do peso da Bancada, porque poderia levantar algumas divergências, uma vez que os votos eram uninominais. Normalmente, para ultrapassar as questões atrás referidas, as Comissões eram proporcionais. Por último, propôs que a Comissão de representantes, estabelecida no Regimento, a qual deveria ter reunido antes daquela sessão, pudesse reunir no decorrer da próxima semana, com o objectivo de apresentar a proposta de constituição da Comissão à Assembleia e levar também a proposta de Regimento para votação, para que se começasse a preparar trabalho, quanto antes. -----

O Presidente da Mesa informou que tinham três situações para deliberar: Em primeiro lugar, a constituição da Comissão fiscal para a Fundação Robinson e para o ICTVR; em segundo, a proposta de uma Comissão Financeira e, finalmente, a proposta de metodologia, que considerou aceitável, uma vez que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

com a deliberação ficava a questão salvaguardada. Questionou se mais alguém pretendia manifestar-se sobre as ditas questões? -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que se estavam a misturar várias questões e, provavelmente, não deviam decidir para já em vários aspectos importantes e relevantes, ao mesmo tempo. Se quisessem formar um grupo de trabalho, em torno da situação, em concreto, da Fundação Robinson, o seu Grupo concordava. No entanto, não deveriam descuidar o aspecto da proporcionalidade em nenhuma Comissão, pois fazia parte da regra democrática assegurar o princípio da proporcionalidade. Na sua opinião, não deveriam avançar para outras soluções mas sim, posteriormente, os representantes de cada Partido, traçarem uma proposta para o futuro. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse que, relativamente à proposta da criação de Comissões, a mesma teria de ser, sempre, acompanhada do respectivo Regimento e o que propôs, de modo a aligeirar a questão, foi que se fizesse uma votação quanto à primeira proposta do Presidente, no sentido de se mandar a Comissão de representantes para poder ser apresentada uma proposta concreta ao plenário da Assembleia, proposta de Regimento e também envidarem-se esforços para se ouvirem as pessoas e começarem a trabalhar. Relevou que a Comissão de Representantes, só por si, tinha o poder de reunir com elementos externos ao Município. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse concordar com o que foi dito anteriormente e que o mais sensato seria existir uma Comissão de Representantes, em que a mesma tivesse toda a legitimidade e o bom senso para propor a constituição do grupo e as regras pelas quais o mesmo se irá reger. Disse que as questões que colocou eram de grande importância para os Portalegrenses e obviamente que, não estando ali presente ninguém em representação da Fundação e do ICTVR, gostaria que, efectivamente, pudessem ser respondidas pela Assembleia Municipal. No seu ponto de vista, a Assembleia Municipal tinha a obrigação de levantar aquelas questões e de obter respostas cabais para as mesmas. Relativamente a questões concretas, solicitou resposta ao Município sobre quais é que foram os motivos que levaram a que o mesmo tenha votado, como associado, contra as contas do ICTVR? A situação era pouco clara, além do facto de existir sempre uma “pedra no sapato” que impedia que se obtivessem as devidas respostas, em determinados assuntos. O Presidente do Município deveria esclarecer as pessoas em questões importantes como aquelas. -----

O Presidente da Mesa referiu que a questão do ICTVR não estava incluída naqueles pontos em debate e teria de formular a mesma na altura própria. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, provavelmente, andavam ali a interpretar-se mal uns aos outros, no entanto, tal acontecia somente em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

quotas-partes. Ao ter-se referido que a Fundação Robinson não podia ser ouvida por não ter ali ninguém para responder, não deviam esquecer-se que estavam ali presentes Vereadores da Câmara Municipal de Portalegre, os quais também tinham projectos para a Fundação, faziam dotações financeiras e transferências para a mesma, elaboravam Protocolos, compravam serviços e, na quota-parte do Município, os Vereadores tinham de dar as explicações solicitadas. Portanto, o seu colega de Bancada, Miguel Monteiro, colocou questões que eram objectivamente dirigidas à Fundação, mas também eram dirigidas à Câmara Municipal de Portalegre porque, sobre a relação Fundação Robinson/Município de Portalegre, da parte do Município, quem tinha de dar respostas ali, naquela sessão, era a Câmara Municipal de Portalegre. -----

O Presidente da Mesa informou, novamente, que aquele ponto da Ordem de Trabalhos era para conhecimento. Disse que iriam passar à votação para constituição da Comissão, em termos proporcionais dos seus representantes, bem como, elaborar o respectivo Regimento e com poderes efectivos para poderem trabalhar. Teriam também de votar a inclusão, ou não, do ICTVR. ----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau subscrevia o facto de existir ali uma posição de consenso para que a dita Comissão de Representantes fosse mandatada para deliberar e, portanto, na próxima reunião da Assembleia deveria trazer uma proposta, para todos se debruçarem. -----

O Presidente da Mesa disse que iria proceder-se à votação da já referida Comissão, nos moldes propostos.-----

O resultado foi o seguinte: -----

-Aprovada por unanimidade dos presentes (27 votos).-----

### **Declaração de Voto** (Miguel Monteiro – PS)

Não poderíamos votar contra a constituição deste grupo de trabalho, até porque achamos que o mesmo irá fazer aquilo que nós estamos, sistematicamente, impedidos de fazer nesta Assembleia Municipal, ou seja, discutir seriamente e concretamente as relações entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson.

### **9 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes – Alteração à Tabela de Taxas de Estacionamento para o ano de 2011;**

- Deliberação de 2010.11.29 –

Presente ofício n.º 13349, dos SMAT da Câmara Municipal de Portalegre, datado de 18 de Novembro, com proposta de alteração à Tabela de Taxas de Estacionamento para o ano de 2011. A Câmara Municipal de Portalegre tomou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à respectiva Tabela, de acordo com a proposta apresentada e aprovada pelos SMAT.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 Votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 10 – Plano de Pormenor do Bonfim – Alteração;

- Deliberação de 2010.11.29 –

Presente Plano de Pormenor do Bonfim, em Portalegre – alteração – Escola Básica 2+3 Cristóvão Falcão, no Bonfim, Freguesia de S. Lourenço, com informação da DUOM, de 25.10.10, propondo que a Câmara delibere a aprovação da proposta de alteração ao plano, conforme o disposto no n.º 1, do art.º 79.º do RJGT. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao referido Plano.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 Votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 11 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011;

- Deliberação de 2010.12.13 –

Presente ofício n.º 13995, de 07.12.10, dos SMAT da Câmara Municipal de Portalegre, a remeter Documentos Previsionais – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter os respectivos documentos à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, conforme o previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 Votos, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 12 – Serviços Municipalizado de Águas e Transportes – Mapa de Pessoal para o ano de 2011;

- Deliberação de 2010.12.13

Presente informação de 26 de Novembro de 2010, dos SMAT da Câmara Municipal de Portalegre, a remeter o Mapa de Pessoal/2011. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia, nos termos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

do n.º 6, alínea a), do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, por aquilo que leu dos documentos, existia uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal que promovia a criação de um determinado posto de trabalho, relativamente aos SMAT. Existia pois, um documento elaborado tecnicamente e houve dois Membros do Conselho de Administração que fundamentaram a sua tomada de posição sobre o mesmo e o “voto de vencido” foi da Presidente do Conselho de Administração dos Serviços de Administração. Mais disse, com o devido respeito, que quem mandava nas casas eram os políticos, os quais tinham de exercer o poder e que, por melhor fundamentado que estivesse a opinião técnica, quem tinha de exercer o poder eram aqueles que assumiam as responsabilidades. Portanto, estava, efectivamente, de acordo com a Vereadora Ana Manteiga e a sua tomada de posição naquele assunto, porque não conseguia perceber como è que era possível aduzir argumentos para a criação daquele posto de trabalho. Questionou se não existiriam, porventura, outros postos que fizessem mais sentido do que aquele? A Câmara Municipal de Portalegre tinha uma estrutura técnica mais do que razoável, acima da média, embora com algumas futilidades, mas que nunca se negou a prover a todas as organizações e muito menos àquelas que faziam parte do seu raio de acção, como era o caso dos SMAT. Concluiu, referindo que era naquele sentido que não poderia deixar de votar contra aquela proposta, até porque existia uma conduta política à orientação dos SMAT.-----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau referiu que, relativamente àquela questão, existiam algumas contradições evidentes quando foi dito que os Conselhos de Administração tinham poder próprio e os SMAT não. Relevou o facto de o Conselho de Administração dos SMAT da Câmara Municipal de Portalegre ter tomado uma decisão e a verdade era que tinham aprovado o lugar em causa. Acrescentou que já havia um procedimento concursal em marcha, que vinha, inclusivamente, do mandato anterior e que não tinha sido criado recentemente. Portanto, não seria assim tão desajustado, quanto queriam fazer parecer, que existisse alguém na área social que acompanhasse os incumpridores, por força da crise que se vive, que necessitavam de alguma ajuda. Naquele sentido, Portalegre não fugia à regra e não era possível dissociar o nacional do local, até porque, possivelmente, as influências e as dificuldades da população eram mais sentidas nesta região do que noutros locais. Concluiu, dizendo que era necessário reflectir na questão da criação daquele lugar, independentemente do que o mesmo significava em termos de encargos financeiros para a Autarquia.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o Conselho de Administração dos SMAT não era um mero órgão de sancionamento administrativo das posições dos técnicos. Disse, inclusive, que os Conselhos de Administração tinham uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

faculdade de admitir propostas e aprová-las ou rejeitá-las e sentia-se, particularmente, sensível ao repto que todos os Vereadores lançaram, quanto ao quadro de pessoal dos SMAT, o qual considerava bem elucidativo. Acrescentou que era da competência daquele órgão compreender o que se passava. Por último, confessou que perseguia e perseguirá sempre uma honestidade intelectual como objectivo e que, por tal, não poderia deixar de votar contra. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que os Membros do Conselho de Administração dos SMAT eram, concerteza, pessoas com inteligência própria que, para além dos pareceres técnicos competentes, eram também pessoas com poder de decisão própria e reconhecia-lhes tal capacidade. Como já havia referido, o processo estava em curso e, por razões de princípio, disse que votaria a favor daquele procedimento. -----

No o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, na síntese da discussão e pelo que leu da deliberação do Executivo, em que dizia: "...Mais foi deliberado por unanimidade alertar os SMAT para ponderar a necessidade efectiva do posto de trabalho para um técnico superior para a área de serviço social, considerando que a Câmara Municipal tem apoiado os SMAT nas situações que necessitam de apoio e acompanhamento social, não justificando, assim, a criação deste posto de trabalho.". Pelo atrás mencionado, achava que a mensagem estava ali toda resumida e, muitos dos presentes, quando o assunto for votado, não precisariam de mais do que o texto presente na Acta da Câmara. -----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau acrescentou que, naquela mesma Acta, na linha de anterior também dizia que a deliberação tomada pela Câmara era: " A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal."; portanto não adiantava estarem a debater mais a questão. Reforçou o pensamento e a sua atitude perante o facto de a Administração ter feito a proposta e, supostamente, ao ter o procedimento em curso, era porque se justificava. -----

Usando da palavra, Luís Testa disse, ainda em relação à deliberação constante na Acta, que a Câmara ao ter tomado conhecimento, deliberou, por unanimidade, remeter, nos termos do art.º, mas não era referido, propriamente o que é que tinham deliberado, ou seja, se aprovavam ou se apenas remetiam à Assembleia? -----

O Presidente da Câmara informou que, na informação apresentada estava tudo dito, ou melhor, a Câmara deliberou remeter aos serviços para tomarem uma decisão mas, em última instância, a Assembleia é que tomava a última palavra, sancionatória, ou não, da deliberação em causa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, daquilo que leu no documento, era competência própria daquela Assembleia Municipal aprovar o ponto e a Câmara apenas tomava conhecimento. Portanto, a Câmara remete para a Assembleia de modo a que a mesma proceda em conformidade. -----

Solicitando o uso da palavra, Carlos Vintém referiu que intervenções houveram, ali, que, possivelmente, provocaram alguma distorção e, na sua óptica, a mesma assentava, basicamente, no facto do Conselho de Administração, por mais eficientes que fossem os seus responsáveis, não tinham poder de decisão. Quem tinha aquele poder era a Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa propôs que se votasse, em alternativa, o mapa, tal e qual como estava apresentado, ou o mapa do pessoal sem o lugar em questão, se todos os presentes concordassem. -----

O Membro Luís Testa referiu que o que lhes acabou de ser remetido era uma proposta e, naqueles termos, os Membros da Assembleia já não tinham competência para alterar a proposta remetida pelos SMAT. Portanto, ou se aprovava ou se reprovava o assunto. Informou que se tratava de uma questão técnica. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 abstenções, 18 votos contra e 2 a favor, rejeitar o assunto acima mencionado. -----

### 13 – Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Portalegre, prorrogação do prazo para emissão de Mapas de Horários;

- Deliberação de 2010.12.13 –

Presente informação do Serviço de Atendimento, de 07 de Dezembro de 2010, a propor que o prazo para emissão dos Mapas de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Portalegre, seja prorrogado, uma última vez, até 30 de Abril de 2011. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia a proposta acima mencionada. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### 14 – Repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação de 2010.12.13 –





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação n.º 5709, da Divisão Financeira, de 2010.12.06, referindo quais as empreitadas que, por força do art.º 22.º, do D.L. n.º 197/99, de 08 de Junho, devem ser submetidas à autorização da Assembleia Municipal, uma vez que a sua despesa dá lugar a encargo orçamental em mais de um exercício orçamental e o respectivo valor transitado excede 99.759,58 €. -----

A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia, nos termos do n.º 6, alínea a), do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, para autorizar a repartição dos valores das empreitadas constantes da supra referida informação. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima mencionado. -----

**15 – Empréstimo de curto prazo para 2011 no valor de 918.443,00 €;**  
- Deliberação de 2010.12.17 –

Presente informação da Divisão Financeira, de 2010.12.16, com proposta de adjudicação da entidade bancária, no seguimento da abertura do procedimento de empréstimo de curto prazo para 2011. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, adjudicar o empréstimo a curto prazo, no valor de 918.443,00 €, ao Banco Santander Totta, S.A., em virtude das condições serem as mais favoráveis para o Município. Mais foi deliberado, por unanimidade e por proposta do Vereador Pinto Leite, que a conta caucionada seja utilizada para pagamento das despesas relacionadas com as Juntas de Freguesia, Associações e Candidaturas. -----

No uso da palavra, João Luís Pina disse que a bancada do PS via aquilo como uma conta caucionada que era costume acontecer todos os anos, para fazer face a baixas de tesouraria. Naquele contexto, perguntou se a proposta do Santander Totta, que referia ser válida por 15 dias e que tinha terminado precisamente naquele dia, se mantinha à hora da votação daquela Assembleia? Em segundo lugar, questionou porque é que os bancos Millenium e o BES já nem apresentavam propostas à Câmara? Seria pelo facto de a Câmara ser má pagadora ou porque era o Santander que ganhava, permanentemente, as ditas propostas? -----

O Presidente da Mesa informou que se a proposta estava aprovada, partia-se do princípio de que as condições tinham de ser, especificamente, aquelas. ----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Marques disse que já no ano passado tinha havido um empréstimo daquela natureza, onde estavam incluídos os protocolos a pagar para as Juntas de Freguesia e, portanto, voltou a perguntar ao Presidente se o dinheiro do teria sido todo levantado, uma vez que os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidentes das Juntas de Freguesia ainda tinham dinheiro por receber? Questionou ainda se o montante daquele empréstimo em debate, também englobava os protocolos das Juntas, ou não? -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto acima mencionado. -----

### **Declaração de Voto** (Miguel Monteiro – PS)

Tal como na minuta da Acta da Câmara Municipal de Portalegre está bem explícito, eu também faço votos e, inclusive, o meu voto favorável é fortalecida com essa convicção de que, efectivamente, este empréstimo a curto prazo seja destinado a fazer face às despesas relacionadas com as Juntas de Freguesia, com as Associações e com as candidaturas.

O Presidente da Mesa, solicitou aos Membros ainda presentes que não abandonassem a sala, sem que fosse votada a minuta da Acta, para que a mesma pudesse produzir efeitos. A mesma foi aprovada por unanimidade.

**Nota:** Os pontos anteriormente referidos foram aprovados em minuta.

Solicitando o uso da palavra, para aquele ponto concreto, Carlos Vintém felicitou o Presidente da Mesa pelo acto em si, dado que, há cerca de dois anos, a última sessão não ficou muito dignificada com o sucedido numa aprovação/não aprovação em minuta da Acta daquela Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa, Antero Teixeira, agradeceu a observação e endereçou os Votos de Boas Festas e de Bom Ano Novo a todos os presentes na sala. ----

### **FALTAS:**

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta aos Membros da Assembleia, Luís Miguel Madeira Pargana, Adriano da Graça Mourato Capote e António Maria Petas Chaparro. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 6.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 00:32, do dia 31 de Dezembro do ano de 2010 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada.-----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.